

ESPAÇO PÚBLICO COMO PILAR DA SOCIABILIDADE URBANA NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

Yasminie Midlej Silva Farias Cerqueira¹

Contato: Yasminie.midlej@hotmail.com

História da Cidade e do Urbanismo

INTRODUÇÃO

O espaço público é uma representação da vida urbana, uma nova forma de viver o espaço público decorre de uma nova forma de viver a/cidade. Aliar o estudo do espaço público com o da sociabilidade urbana permite trabalhar a relação estabelecida entre as pessoas e esses espaços, entre as pessoas e a cidade; essa relação é o ponto central do presente trabalho. Os conceitos de espaço público e sociabilidade urbana – e suas ramificações – são a base para a corroboração (ou não) da hipótese levantada pelo trabalho, de que espaços públicos mais convidativos estimulam a sociabilidade urbana que, por sua vez, quando aumentada, retroalimenta a relação ao estimular uma intensificação no uso desses espaços.

O recorte feito através da “cidade contemporânea” situa a pesquisa temporalmente e aponta para o cenário último da discussão. Mark Gottdiener diz que a cidade contemporânea “não é apenas a cidade que se ampliou, mas uma forma qualitativamente nova de espaço de assentamento” (GOTTDIENER, 1997, p.15). De fato, essas modificações não podem ser analisadas apenas tomando por base as informações quantitativas; mais que cresceu, a cidade se transformou. A cidade contemporânea é a coexistência de várias cidades e, em defluência, os espaços públicos são igualmente transformados; suas funções são profundamente alteradas, então, o que permanece?

OBJETIVOS

Compreender a relação entre espaço público e sociabilidade urbana e a influência dessa relação no significado do espaço público na cidade contemporânea configura-se como objetivo geral aqui estabelecido. Este

ramifica-se em discutir o significado que o espaço público assume na cidade contemporânea e analisar a relação entre sociabilidade e espaços públicos, lançando mão de conceitos relacionados a ambos os temas tratados (espaço público e sociabilidade urbana).

METODO

A proposta metodológica para realização do presente trabalho, de natureza essencialmente teórica, envolve a utilização, em grande parte, do método de abordagem Dialético – principalmente através da Lei de ação recíproca; trabalhando com dois temas, dando ênfase em cada um separadamente e, posteriormente, na relação entre eles. Os métodos de procedimento utilizados são, em suma, o histórico e o comparativo – histórico por conta da relevância da construção histórica da relação abordada – tendo como técnica de pesquisa, a bibliográfica. Através da revisão bibliográfica são trabalhados os conceitos de espaço público, conceitos e estudos acerca da sociabilidade urbana, bem como a relação entre esses conceitos para fundamentar uma ponte entre eles.

DESENVOLVIMENTO

- Sobre o espaço Público

Por conta da complexidade que permeia as discussões sobre espaços públicos é necessário estabelecer algumas diferenciações acerca desses espaços, as quais nortearão a abordagem do presente trabalho. A palavra público deriva do latim *publicus*, significando aquilo que diz respeito a todos. Público se refere ainda a tornar público, para publicar, do latim *publicare*, o que pressupõe uma ampliação do espaço comum e a atribuição de um valor normativo àquilo que é acessível a todos, uma passagem do comum – das trocas, do



Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | PPGAU/UFRN

mercado – ao público. Segundo Richard Sennett (1988, p.30), foi por volta de 1470 que a palavra “público” começou a aparecer em publicações com conotação de “bem comum na sociedade”. Setenta anos mais tarde a palavra adquiriu o sentido daquilo “que é manifesto e está aberto à observação geral”.

A discussão sobre espaço público é vasta e quando se refere ao espaço público no Brasil é controversa; há autores que defendem a inexistência do espaço público na sociedade brasileira recorrendo à construção histórica da própria sociedade na época colonial para justificar. A fim de embasar uma defesa do contrário, fizemos uma breve análise da construção urbana social brasileira, voltando ao primeiro momento – na cidade colonial – através da leitura de autores clássicos, fundamentais na construção da narrativa do período. É fundamental fazer entender que a intenção não é um estudo da cidade colonial. Esse período é utilizado por ser o momento no qual despontam características urbanas no Brasil. No período colonial brasileiro observa-se o desenvolvimento de algumas cidades e o início do seu ganho em importância em relação à área rural. Sendo assim, a análise que se faz importante por implicar em características resguardadas até a contemporaneidade brasileira. As peculiaridades observadas nesse período tem rebatimento na forma de viver o urbano no Brasil até os dias atuais.

As obras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Roberto DaMatta, além da importante representação histórica da época colonial, permitem analisar as fragilidades da relação público/privado no Brasil a partir da construção histórica dessa relação. “Sobrados e Mucambos”, publicado em 1936, é considerado o primeiro estudo sistemático do Brasil Urbano Colonial (REIS FILHO, 2000; FRIDMAN, 2004). “Raízes do Brasil”, publicado no mesmo ano, aborda, dentre outros aspectos, alguns dos elementos que construíram a identidade nacional, principalmente, a falta de uma construção sólida acerca dos limites do público e do privado. Por fim, “A casa e a rua” traz uma análise diferenciada e muito significativa acerca das relações sociais e espaciais que constroem o cenário brasileiro. Tais obras fazem parte do processo de reconstrução da memória do Brasil colonial e dialogam acerca de pontos fundamentais para se discutir a construção do espaço público na sociedade brasileira. Nas palavras de Santos (1999), os eventos “criam o tempo” (p. 115), eles situam uma possibilidade no tempo e no espaço de forma

singular já que as circunstâncias não voltam a se repetir. “Quando eles [os eventos] emergem, também estão propondo uma nova história” (p.116). Cada contexto é único e produz um evento igualmente singular e, na defesa de Santos (1999), eles podem ser utilizados como categoria de análise. Aqui, nessa mesma linha, o intervalo do espaço público na cidade colonial é utilizado como um ponto de referência para a construção desses espaços na sociedade a partir de então. Porém, essa discussão leva a outro questionamento de fundamental importância que é a relação entre a construção do espaço público e a construção da esfera pública.

“Hoje a expressão esfera pública inclui um conjunto tão ampliado de acepções que convém empregá-la sempre com muita prudência” (Gomes, 2004, p.56). As relações fragilizadas entre o espaço público e o espaço privado refletem, em grande parte, a relação entre as esferas pública e privada e a fragilidade no habitat de atividades e relações que tem aparecido entre elas desde a queda do império romano. Para Serpa (2007, p.16) “entre os chamados ‘filósofos do espaço público’, destacam-se, sem dúvida, as contribuições de Hannah Arendt e Jürgen Habermas”, ao que acrescentamos Richard Sennett pela reconhecida importância de suas reflexões sobre o assunto, pelo diálogo dos seus escritos com os dos outros dois autores e pelo que seus estudos podem agregar à discussão.

No livro “A condição humana”, lançado em 1958, Hannah Arendt propõe uma reflexão sobre indagações deixadas em aberto no seu livro anterior, As origens do totalitarismo, publicado em 1951. A pensadora alemã debruça-se então sobre a situação do homem diante da sociedade moderna. “Pensar o que estamos fazendo” (ARENDT, 2011, p.7) diante de uma sociedade reestruturada, com limites fugidios e bases fragilizadas. Para tanto, remete-se à antiguidade greco-romana, traçando um arco histórico até a modernidade, para discutir o movimento crescente de sobreposição entre a esfera pública e a esfera privada e o surgimento de uma esfera social.

O Declínio do Homem Público, de Richard Sennett, cobre mais de duzentos anos de história social, política e cultural, discorrendo sobre o comportamento humano, psicologia coletiva e interação social; apresenta argumentos para o narcisismo exacerbado que vivemos hoje e as consequências dessa vida tão centrada no



“eu”. O sociólogo defende que essa mudança de centralidade, essa visão “social” que passou do coletivo para o individual, foi progressiva e que, paralelamente, a vida pública sofreu um esvaziamento. No entanto, esses processos foram sonogados por todo esse tempo, ele acrescenta que “são resultantes de uma mudança que começou com a queda do Antigo Regime e com a formação de uma nova cultura urbana secular e capitalista” (SENNETT, 1988, p. 30).

A esfera pública Habermasiana é o lugar do agir comunicacional, ganha importância por atuar como legitimadora do poder público, pois para o autor, a esfera pública é formada por portadores de “opinião pública”, assim, o que ganha publicidade é alvo de julgamento. A esfera pública seria um espaço no qual assuntos de interesse geral são expostos, debatidos, analisados e julgados, o que, segundo Habermas, é a principal contribuição para a democracia. (HABERMAS, 2003)

Para Costa (2000), até os anos 80 se tratou e discutiu esfera pública no Brasil partindo do pressuposto da sua inexistência. Apenas há poucas décadas atrás se começou a vislumbrar sua construção na sociedade brasileira. O que a maioria dos estudos da sociologia defendia era uma ampliação da esfera privada, o que condicionava as atividades e relações que deveriam ser desenvolvidas na esfera pública. O que aconteceu a partir dos anos 80 foi uma mudança na interpretação conceitual que permitiu o vislumbre da construção de uma esfera pública brasileira, entendendo suas particularidades e relativizando a aplicação dos conceitos à história social do Brasil.

Tanto a contribuição de Habermas quanto a de Arendt e Sennett são fundamentais para as discussões democráticas em qualquer que seja a sociedade e sua respectiva construção histórica. As críticas, revisões e flexibilizações feitas ao longo do tempo permitem que essa contribuição seja ainda maior. A imersão de uma esfera social ou a construção de múltiplas esferas em rede, a ação ou agir comunicacional podem ser analisados junto a o histórico de construção da sociedade brasileira viabilizando análises que apontem caminhos com maior potencial democrático.

Da leitura e análise realizada desses autores, o que se pode inferir é que as consequências da fragilidade dessa relação entre o público e o privado bem como as condicionantes que a permeiam e determinam são

inúmeras, mas não determinam a não configuração desses espaços. Os espaços públicos brasileiros tem construção histórica específica o que lhes confere dinâmica diferenciada, cenário que precisa ser observado e resguardado quando se intenta estudar esses espaços. Essa não é uma discussão atemporal, mas contínua e basilar para a discussão proposta. Tanto a abordagem da construção do espaço público na cidade colonial brasileira quanto da diferenciação entre esfera pública e esfera privada podem, inicialmente, parecer deslocados do recorte temporal proposto pela pesquisa, mas são imprescindíveis e conferem substância a discussão.

- Sobre a sociabilidade urbana

A sociabilidade urbana, tratada no presente trabalho, é termo cunhado de estudos traçados inicialmente por Georg Simmel. Utiliza-se o conceito proposto por esse autor, bem como alguns de seus estudos anteriores e subsequentes releituras, para entender a formação de uma “nova personalidade urbana” e, consequentemente, essa mudança na relação das pessoas entre si e com o meio em que vivem. Para Simmel, o contexto citadino modificado pela industrialização e as fases subsequentes do capitalismo criou campo fértil para conjurar-se essa nova personalidade. A linha do pensamento simmeliano parte das experiências e relações que se afinam com a efemeridade vivida nos espaços públicos contemporâneos; a experiência dos “vínculos fracos, a do mal entendido e do retraimento, da inevitável superficialidade das trocas” (JOSEPH, 2005, s/p).

Em material publicado em 1903, Simmel já afirmava que os maiores problemas na vida moderna derivavam das necessidades de cada indivíduo de tentar preservar-se diante das pressões sociais, econômicas, culturais e históricas exercidas sobre ele interruptamente. Transformações no meio e no modo de vida exigiram uma mudança no comportamento do indivíduo que, tendo como referência a vida rural e suas relações estabelecidas ao longo do tempo e consolidadas através do conhecimento entre as pessoas, se viu em ambiente completamente diferente. Essas transformações são a base para a construção de uma nova personalidade, da estruturação de um novo comportamento que mediasse essas transformações possibilitando uma convivência e adaptação a esse novo cenário. A metrópole é campo fértil para o desenvolvimento desse comportamento pela confluência de pessoas, de informação, de



movimento, mas, principalmente, por sua estreita afinidade com a vida capitalista. “A economia monetária e o domínio do intelecto estão intrinsecamente vinculadas” (SIMMEL, 1979, p.15). O dinheiro agiu como fator de impessoalidade que era necessário para relações econômicas prósperas.

Alia-se então o superesstímulo e o fator de impessoalidade para criar o cenário da metrópole moderna e contemporânea onde a atitude de “reserva” por parte do indivíduo é condição fundamental para que ele esteja inserido nesse cenário. A “reserva” guarda-o tanto das situações de superesstímulo quanto de respostas de indiferença completa.. Essa “incapacidade” de reagir com a energia “adequada” a novas situações ou sensações, denominada por Simmel de “atitude blasé”, é comportamento que viria a ser dos mais característicos dessa nova “personalidade urbana”. Posteriormente, através da metáfora do estrangeiro, leva a outra característica do habitante da metrópole: a efemeridade dos laços sociais. E ainda, a “conversa” como facilitador da Sociabilidade Urbana, ainda que em uma construção temporária, estabelece pontos comuns entre os indivíduos.

No intento de estudar a relação entre espaço público e sociabilidade urbana há de se levar em consideração que muitas variáveis interferem ou influenciam o estabelecimento – ou não – dessa relação. Uma delas, de certo, há de ser mencionada, pois é uma manifestação altamente característica dos centros urbanos. Em qualquer cidade é possível observar grandes diferenças na ocupação de determinadas áreas em consonância com o poder aquisitivo de quem a ocupa. O fato é que essa diferenciação espacial e organizacional está acompanhada por diferentes relações entre as pessoas e com o espaço. A população que não tem poder aquisitivo para acessar o “mercado imobiliário capitalista” fica à margem da “cidade infraestruturada” e essas áreas comportam uma dinâmica característica em seus espaços públicos. As relações sociais das classes econômicas mais baixas tendem a ser mais imbricadas, os vizinhos estabelecem uma rede de cooperação. Essas características tem relação com a “tradição de solidariedade” que existe nos bairros populares no Brasil (NUNES, 2002, p.38). “Os espaços públicos oferecidos nas favelas são ao mesmo tempo de natureza pública e coletiva. Público por serem de livre acesso, coletivos porque são suporte de atividades de cada comunidade” (BENETTI, 2004, s/p)

O processo de apropriação desenvolvido pela classe média se diferencia em vários aspectos. O lazer e o consumo destinados a essa classe tem desencadeado modificações em áreas citadinas no intento de prover áreas habitacionais qualificadas e a diversidade satisfatória de bens e serviços. Essa modificação se externa na requalificação de áreas degradadas, valorizando o solo urbano do entorno, tornando essas áreas atrativas a essa classe crescente. Se por um lado a diversificação na oferta de serviços “convida” à utilização desses espaços, por outro, ela ratifica a modificação na essência da utilização desses espaços de sociabilidade e convivência à consumo. Além dos padrões de consumo, o incremento nos índices de violência vem influenciando a configuração espacial urbana. Segundo Souza (2000), a espacialidade urbana e estratégias de sobrevivência sofrem influência da violência urbana. A busca por ambientes controlados, seguros e a prova de intrusos acolhe condomínios, ruas e bairros fechados. Por consequência, muros, acesso controlado e câmeras de vigilância se tornam estratégias de marketing de imobiliárias. Diante disso, o espaço urbano torna-se fragmentado e descontínuo, o que, além do mais, cercea o direito básico de circulação da população. O processo de “auto-segregação” espacial vivenciado pela classe média é ainda mais acentuado nas classes urbanas mais abastadas. A hesitação ao “outro” e a busca pela sensação de segurança, aliados a um alto poder aquisitivo chega, atualmente, a definir bairros nas grandes cidades.

Majorando esse “desconvite” à vida nos ambientes urbanos, a questão da (in)segurança urbana contribui sobremaneira para a reprodução da interiorização da convivência. A violência vem condicionando a continuidade dos espaços citadinos ao erguer barreiras físicas, segregando as áreas e funções, formando a “paisagem do medo” (MARIANO da SILVA e ROCHA, 2008). A influência da segurança na apropriação dos espaços urbanos aparece em maior grau nas grandes metrópoles. Segundo Jacobs (2000), as metrópoles não são apenas maiores ou mais povoadas que as cidades menores, elas são “cheias de desconhecidos”. O processo de “auto-segregação” vivenciado nas grandes cidades reflete a escolha de viver cada vez menos os ambientes urbanos (BAUMAN, 2003).

- Novas dinâmicas, novas tendências



1º SIMPÓSIO DE PESQUISA DO PPGAU-UFRN – DOUTORADO, MESTRADO ACADÊMICO e MESTRADO PROFISSIONAL

Para aqueles que defendem o “desaparecimento” da sociabilidade urbana, já nos primeiros estudos de Simmel sobre o tema, ele diz: “O que aparece no estilo metropolitano de vida diretamente como dissociação, na realidade é apenas uma de suas formas elementares de socialização” (SIMMEL, 1979, p. 20). Como já afirmado anteriormente, há diversos fatores que influenciam no uso e no significado do espaço público, intenta-se abordar aqui os fatores mais recorrentes quando se fala nesses espaços no recorte contemporâneo. Um dos vieses a serem abordados é a significação do lugar, pois um dos aspectos mais importantes na apropriação do espaço é o vínculo gerado entre espaço e indivíduo. Tuan (1974/1977) define lugar a partir de um contraponto com espaço; com o lugar derivando do espaço através de um processo de significação. Para o autor, os dois conceitos são indissociáveis, para que se entenda um, é necessário conhecer o outro: “a partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da amplidão, da liberdade e da ameaça do espaço, e vice-versa” (TUAN, 1977, p.6). Apesar de aspectos da relação entre uma pessoa e um lugar terem sido pouco explorados, os existentes apontam para sua importância na vida do indivíduo.

Como resultado da experiência, do senso comum e de conhecimentos gerais, é possível afirmar que o afeto relacionado a lugares existe e é de uma natureza que, embora não totalmente explícita e definida (...) é percebido como um dos fatores importantes que às vezes auxiliam e às vezes obstruem nosso equilíbrio, nosso bem-estar material e espiritual (GIULIANI, 2004, s.p.).

Com base em Ferrara (1999), um espaço passa a ser lugar sob o impacto funcional do meio ecológico, das firmas, das instituições, das infraestruturas e, principalmente, dos homens que são a força de trabalho capaz de realizar essas transformações. Ao se transformar em lugar, o espaço perde sua homogeneidade e passa a ser um ambiente de percepção e leitura, fonte de informação urbana. Estabelece, portanto, um vínculo estreito com a construção da memória. A construção da memória tanto individual quanto coletiva fortalece o conceito de lugar de uma determinada imagem e o vínculo criado para com ele. Para os ambientes urbanos isso pode se refletir em atitudes positivas ao evocar ainda mais o sentimento de pertença, ou pode estar associado negativamente e desencadear “formas de rejeição e desapropriação dos lugares” (JODELET, 2002, p.38), através da depredação desses espaços. Algumas patologias sociais podem agir

como desencadeadoras dessas associações negativas, levando ou a uma simples “desvinculação” do lugar ou a atitudes de rejeição como a deterioração dos mesmos por atos de vandalismo. Ser lugar depende da criação de um vínculo, de um laço afetivo, entre a pessoa e o ambiente. Para tanto, o espaço precisa ser vivenciado, experimentado. Só através da experimentação do lugar advém o vínculo para com ele. E o vínculo criado, ou não, influenciará na relação do indivíduo com esse determinado espaço, podendo gerar consequências em escalas maiores, influenciando sua relação com toda a cidade: “o que começa com o espaço indiferenciado transforma-se em lugar a medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor” (TUAN, 1977, p.6). No entanto, a sensação de insegurança compartilhada pelos cidadãos tem atuado como inibidor dessa experiência necessária para a criação do vínculo.

O sentimento de insegurança nos centros urbanos é acentuado e cresce, progressivamente. A criminalidade não é manifestação exclusiva das cidades, no entanto, é onde se manifesta com mais intensidade. O Observatório das Metrópoles, em uma das suas linhas de pesquisa, se debruça sobre o tema. Segundo alguns desses estudos, dados sobre a “criminalidade violenta” no Brasil demonstram uma tendência de concentração de ocorrências em áreas urbanas, especialmente em municípios mais integrados a dinâmicas metropolitanas – em 2002, a taxa de vítimas de homicídios nas regiões metropolitanas estava em torno de 0,47/1000 habitantes enquanto a média no país era de 0,29/1000hab. Soczka (2005, p. 117) afirma que “sendo a incidência de actos criminosos (...) muito mais elevada no meio urbano do que nas comunidades rurais, torna-se claro que o risco de desviância criminosa ou vitimização em relação ao crime é por excelência um risco do urbanita”. Por conta da crescente manifestação dessa patologia, inúmeros estudos vêm sendo desenvolvidos no intuito de determinar causas e apontar soluções.

Os fatores causadores desse acréscimo no quadro da criminalidade urbana são de natureza diversa. Adorno (2002) resume os estudos sociológicos afirmando que desde a década passada, de modo geral, apontam três ordens de explicações para a criminalidade crescente: a) mudanças nos padrões de criminalidade e violência; b) crise no sistema de justiça criminal; c) desigualdade socioeconômica e segregação urbana. Os estudos acerca dos fatores socioeconômicos são os mais enfáticos, com pesquisas extensas já desenvolvidas baseando-se nessa



ligação entre desigualdades sociais ou econômicas e criminalidade urbana.

Ao falar em meio urbano faz-se relevante apontar a distribuição espacial de ocorrências, a qual tem sido cada vez mais expressiva, principalmente, por estudos que associam o desenho urbano a áreas com maior ou menor risco, alegando que o desenho pode minorar ou não o problema da delinquência urbana. As áreas apontadas como sendo de maior risco são aquelas onde o delinquente tem mais probabilidade de êxito, ou seja, com baixo controle informal ou apoio social, com características propensas como falta de iluminação e ainda “disponibilidade” de vítimas. No entanto, ainda que não seja apontado dentre as áreas de maior incidência, um espaço pode transmitir/gerar uma sensação de insegurança. Um indivíduo pode considerar um lugar perigoso por diversas razões: intuição, condições ambientais propícias, falta de apoio social. Uma rua mal iluminada será evitada sempre que possível, assim como um parque com muitas barreiras visuais ou uma área deserta, sem movimento que possa ser considerado apoio social, “uma rua movimentada consegue garantir a segurança; uma rua deserta, não” (JACOBS, 2000, p.35). Apesar de muitas vezes os lugares que as pessoas acham ser perigosos e os que de fato são não coincidirem, essa sensação de insegurança tem sido cada vez mais frequente por conta dos níveis de criminalidade urbana.

Outro fator que vem determinando a configuração dos espaços públicos é a mercantilização desses espaços. A incorporação de valores capitalistas aos valores e costumes tem consequências na apropriação dos espaços públicos. Seguindo essa mesma tendência, o contraponto entre espaço público e espaço privado tem sido majorado. A absorção das relações de consumo pelos valores de convivência e interação social permite a substituição de círculos públicos de interação por estereótipos para o consumo individual. Por consequência, há o declínio da memória coletiva e da tradição ao mesmo tempo em que há uma “supervalorização da existência privada” (SERPA, 2007, p.18). A sociabilidade muda de ambiência e de escala. Sai dos espaços compartilhados da cidade para o interior das residências ou de espaços mais reclusos.

As discussões referentes à mercantilização dos espaços públicos e o conflito de uso desses espaços com espaços privados de uso coletivo tornam-se indissociáveis da

análise do espaço público na contemporaneidade. Essas discussões respondem, ou intentam responder, ao porquê de usos cada vez mais diferenciados, e direcionados, em espaços que deveriam ser públicos. Parques que tem seu uso vinculado à atividades comerciais, o que acaba definindo o público; praças com projetos que desconsideram o acesso universal e que segregam ao inibir veladamente o uso por esta ou aquela parcela da população. Neste sentido, cabe ressaltar a contradição existente dentro da sociedade atual. Afinal, o espaço público no atual momento histórico abarca todas as classes e grupos sociais que constituem nossa sociedade. Entretanto, a isonomia de direitos sobre a qual o espaço público é supostamente construído, é algo meramente ideal, isto porque a desigualdade existente no cerne de nossa sociedade produz um espaço público onde uns têm mais direitos do que outros (SOUZA, 2008, p.15).

É importante ressaltar que o acesso tratado aqui não se restringe a normas que visam universalizar o acesso físico, mas sim a uma concepção mais universalista, como a proposta por Stephen Carr (1992) onde classifica o acesso ao espaço público em: visual, físico e simbólico ou social. Com profundos problemas em acesso, em suas três dimensões, as tendências de afastamento dos espaços públicos são cada vez mais vivenciadas e reproduzidas. No cerne dessa questão pode-se identificar como determinantes a transformação dos espaços públicos em mercadoria e o espaço privado tomando pra si usos característicos do espaço público. São duas discussões que se intercalam e se influenciam reciprocamente, mas que juntas contribuem para um melhor entendimento desse esvaziamento acentuado dos espaços públicos. Na análise de Serpa (2007), o enfraquecimento da esfera pública gera artificialidade nas relações sociais. Segundo ele, as relações capitalistas foram absorvidas e incorporadas aos valores e costumes de tal maneira que gerou uma extensa transformação na percepção e apropriação do espaço público. O consumo passou a ditar projetos e formas no espaço e o lazer passou a integrar o rol do consumo. Sendo assim, a lógica formal e de distribuição desses espaços, como também sua apropriação, passam a seguir a lógica mercantilista.

A tecnologia da informação, com a disseminação dos meios de comunicação de massa, aumenta “o abismo entre intimidade e exterioridade, entre vida privada e vida pública” (SERPA, 2007, p.18). Essa “planetarização



da informação”, apontada por Jodelet (2002) como característica da contemporaneidade, auxilia no esmaecimento das identidades culturais locais, majorando e legitimando a homogeneização do espaço urbano, passo fundamental para transformar os espaços em algo vendável.

A interiorização da sociabilidade e a propagação do consumo como lazer são tendências retroalimentadas por toda uma dinâmica de vida que se instaurou nos núcleos urbanos. No entanto, a origem dessas tendências pode ser remontada ao estilo de vida norte-americano propagado, principalmente, na segunda metade do século XX. “Como Paris e Haussmann representaram a referência consensual de cidade no início do século XX, as cidades norte-americanas da segunda metade desse século serviram como modelo de modernidade de seu tempo” (ALEX, 2008, p.106). O modo de vida norte-americano passa a ser reproduzido com suas tendências de espraiamento do espaço urbano, isolamento social, padronização e dependência do automóvel. Nesse contexto, de vida sem cidades – em consequência do esvaziamento habitacional dos centros urbanos em direção aos subúrbios – que surgem os primeiros shoppings centers.

Ainda que criados inicialmente para substituir a centralidade urbana, teoricamente, as áreas de convivência e sociabilidade dos centros tradicionais, a sua lógica era voltada, inevitavelmente, para o consumo. Seu público é pré-selecionado, limitando a diversidade, a convivência é momentânea e todo o “movimento” segue uma ordem já estabelecida. “O objetivo do shopping center é atrair e prolongar a permanência de pessoas certas, e o da cidade [na sua possibilidade de convívio democrático], construir uma história comum de todos” (ALEX, 2008, p.100).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura engendrada até o presente momento nos dá uma perspectiva otimista; as dificuldades são grandes e estão imiscuídas na sociedade urbana brasileira desde os tempos de sua formação, no entanto, se em outras conjunturas todos os entraves foram superados por que não acreditar que também podemos nos voltar para a retomada dos espaços públicos. Acreditar que é possível, não significa acreditar que a solução seja simples ou que o resultado se apresente rapidamente, não. Os obstáculos são muitos e um dos que se mostram mais profundos que é a questão da criminalidade e da

sensação de insegurança - exige mudanças em outros segmentos que se apresentam fragilizados – social, cultural e econômico - para que haja a construção de uma situação mais favorável.

Outro ponto que é imprescindível esclarecer: não pretendemos romantizar o espaço público e seus significados e sim suscitar sua importância para uma vida urbana saudável, respeitando sempre os moldes do tempo e suas particularidades. Dito isso, qual o significado dos espaços públicos brasileiros na cidade contemporânea? O que o estudo tecido permite defender é a sua existência e persistência apesar da fragilidade na sua experimentação e vivência. Se nas palavras de Le Goff, é a sociabilidade que estabelece em definitivo a diferença urbana, não apostar nesses espaços mostra uma série de fragilidades do ambiente citadino. É em função disso que alguns países como os Europeus vem apostando na retomada do espaço público e da sociabilidade e convivência permitidas por eles. O acesso a esses ambientes é tão vital para a cidade quanto a moradia, o trabalho, o lazer e a circulação, consideradas funções básicas desses núcleos. Resgatar os espaços públicos, os parques, praças, largos ou calçadas é reavivar o direito ao convívio, permitir a manifestação plena da vida pública. É devolver a esses espaços, seu verdadeiro sentido.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento especial ao Prof. Dr. George Alexandre Ferreira Dantas, orientador deste trabalho, pela contribuição valorosa na construção desta pesquisa. E ainda, ao apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Sérgio. Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. *Jornal de Psicologia-PSI*, n. Abril/Junh, p. 7-8, 2002. Disponível em <http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com_content&task=view&id=1061&Itemid=96>. Acesso em 06 jul 2011.
- ALEX, Sun. *Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público*. São Paulo: Senac, 2008
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 11.ed. São Paulo: Editora Forense Universitária, 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.



Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | PPGAU/UFRN

BENETTI, Pablo César. *Violência e projeto urbano em favelas*. Arqtextos, São Paulo, 04.048, Vitruvius, mai 2004.

Disponível em:

<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/04.048/580>>. Acessado em 25 de junho de 2010.

CARR, Stephen. *Public Space*. Cambridge series in environment and behavior. Cambridge University Press, 1992. Disponível em:

<<http://books.google.com/books?printsec=frontcover&vid=ISBN0521351480&vid=ISBN0521359600&vid=LCCN92004909#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em 10 de jun 2010.

COSTA, Sergio. Esfera pública, e as mediações entre cultura e política: para uma leitura sociológica da democracia. *Revista Travessias*, nº 1, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em <http://www.ipv.pt/forumedia/fi_3.htm>. Acesso em 19 dez 2011

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua - espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 11-58. [ed. Orig. 1936]

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos – Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951 [ed. orig. 1936].

FRIDMAN, Fania. Breve história do debate sobre a cidade colonial brasileira. In: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, VIII, 2004, Niterói. *Anais...* São Paulo: Bureau, 2008. 1 DVD-ROM.

GIULIANI, Maria Vitória. O lugar do apego nas relações pessoas-ambiente. In: TASSARA, E.T.O.; RABINOVICH, E.P.; GUEDES, M.C. (Eds). *Psicologia e ambiente*. São Paulo: EDUC, 2004.

GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação em massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

GOTTDIENER, Mark. *A Produção Social do Espaço Urbano*. São Paulo: EDUSP, 1997.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HOLANDA, Sérgio. Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JACOBS, Janes. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins, 2000.

JODELET, Denise. A cidade e a memória. In> DEL RIO, V.; DUARTE, C.R.; RHEINGANTZ, P.A. (Orgs). *Projeto do lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo*. Rio de Janeiro: Contracapa/PROARQ, 2002.

JOSEPH, Isaac. *Entrevista sobre a Escola de Chicago*, BIB, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://lemetro5.blogspot.com.br/2005/08/entrevista-com-isaac-joseph-para-o-bib.html>>. Acesso em 22 abr 2012.

NUNES, Débora. *Pedagogia da participação: trabalhando com comunidades*. Salvador: UNESCO/Quarteto, 2002.

REIS FILHO, Nestor Goulart. As principais cidades e vilas do Brasil: importância da vida urbana colonial. *Revista Oceanos*, n. 45, Lisboa, 2000. p. 60-67.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERPA, Angelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). *Mana*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, Out. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132005000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 mai. 2012.

_____. *The Philosophy of Money*. Third enlarged edition. London and New York: Routledge, 2004 [1978]

_____. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O.G. (org). *O fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SOCZKA, Luis. Viver (n)a cidade. In: _____ (Org.) *Contextos humanos e psicologia ambiental*. Lisboa: F.C.L., 2005.

SOUZA, M. L. *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

MARIANO DA SILVA, L. F. M. ; ROCHA, C. P. *A paisagem do medo: um estudo do bairro da Pituba - Salvador - BA*. In: Carlos G. Terra; Rubens de Andrade. (Org.). Coleção, volume 2. Paisagens Culturais: Interfaces entre Tempo e espaço na construção da Paisagem Sul-Americana. 1ª ed. Rio de Janeiro: EBA Publicações, 2008

TUAN, Yi-fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: DIFEL, 1974.





1º SIMPÓSIO DE PESQUISA DO PPGAU-UFRN – DOUTORADO, MESTRADO ACADÊMICO e MESTRADO PROFISSIONAL

_____. *Espaço & Lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1977.
